

**O DESGOVERNO BOLSONARO E O NOVO CORONAVÍRUS:
UMA ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE O IMPACTO SOCIAL DESSA COMBINAÇÃO NO
BRASIL**

**THE BOLSONARO'S MISRULE AND THE NEW CORONAVIRUS:
A PRELIMINARY ANALYSIS OF THE SOCIAL IMPACT OF THIS COMBINATION IN BRAZIL**

Karoline Claudino Guimarães¹
Sílvia Silva Martins Pinheiro²

Resumo: o cenário contemporâneo da política brasileira, que se encontra fortemente tensionado por dissensões entre a classe dominante no atual governo Bolsonaro, encontra-se agudizado diante da pandemia do novo coronavírus. A conjuntura, no entanto, incide negativamente sobre a classe trabalhadora, que é impactada pelas ações do governo federal em suas tentativas de salvaguardar a dinâmica capitalista em meio às incertezas e instabilidades que pairam sobre o mundo do trabalho. O presente artigo tem por objetivo realizar uma análise dessa combinação, que é a crise do governo Bolsonaro e o quadro pandêmico. Buscar-se-á fornecer elementos para uma interpretação crítica da realidade atual, haja vista uma perspectiva histórico-crítica da trajetória brasileira, sob a hegemonia neoliberal.

Palavras-chave: Governo Bolsonaro. Classe Trabalhadora. Impactos Sociais. Pandemia.

Abstract: The contemporary scenario of Brazilian politics, which is strongly tensioned by dissensions among the ruling class under the current Bolsonaro's government, is aggravated by the pandemic of the new coronavirus. The conjuncture however has a negative impact on the working class, which is impacted by the actions of the federal government in its attempts to safeguard the capitalist dynamics amid the uncertainties and instabilities that hang over the world of work. This article aims to analyze this combination, which is the crisis of the Bolsonaro's government and the pandemic situation. We will seek to provide elements for a critical interpretation of the current reality, given a historical-critical perspective of the Brazilian trajectory under the neoliberal hegemony.

Keywords: Bolsonaro's Government. Working Class. Social Impacts. Pandemic.

¹ Karoline Claudino Guimarães é Assistente Social, Graduada em Serviço Social pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro - 2017). Especialista em Políticas Sociais e Intersetorialidade pelo Instituto Fernandes Figueiras (IFF/FIOCRUZ - 2019). É bolsista CAPES de mestrado em Serviço Social na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro). E-mail: karolinesclaudino@gmail.com

² Bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - 2015. Possui Especialização em Políticas Sociais e Intersetorialidade pelo Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF) e Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em parceria com a UNIRIO - 2019. Área de Concentração: Infância e Adolescência. Bolsista CNPq pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - 2020. E-mail: silviapinheiro.07@gmail.com

INTRODUÇÃO:

O atual painel político hegemônico brasileiro apresenta sinais cada vez mais agudos de tensionamento, concomitantemente ao momento em que o país mergulha numa grave crise sanitária. O primeiro registro da doença pelo novo coronavírus (COVID-19 ou SARS-CoV-2) ocorreu em dezembro de 2019, na cidade chinesa de Wuhan - província de Hubei. Daí em diante, alcançou proporções em níveis mundiais, provocando impactos inenarráveis nas esferas política, econômica e social. De tal modo que "deve ser compreendida como um desastre global, combinando processos globais e nacionais, afetando principalmente os mais pobres, podendo evoluir para uma crise humanitária em muitos países, incluindo o Brasil" (FREITAS *et al.* 2020, p. 5)

A pandemia³, declarada oficialmente pelo diretor-geral da Organização Mundial da Saúde⁴ (OMS), exigiu das autoridades mundiais providências imediatas, principalmente para evitar o avanço da curva de contágio e impedir o colapso nos sistemas de saúde. Com efeito, ao analisarmos a atual conjuntura, marcada pela pandemia do novo coronavírus, é fundamental frisar que cada país possui suas especificidades sociais, econômicas, políticas e culturais, de modo que cada uma dessas esferas, no contexto da pandemia, é impactada em níveis diferenciados. Moldando, assim, as ações de cada governante segundo seus critérios e particularidades sócio-históricas.

O isolamento social, medida recomendada pela OMS como principal forma de prevenção e contenção da doença atingiu fortemente o campo social e econômico. Os efeitos reverberaram nos mais variados setores da economia - indústria, serviço, comércio - e nos processos de produção e circulação de mercadorias. Isso se deu justamente em virtude da paralisação, parcial ou total, de inúmeras atividades classificadas como não essenciais e passou a exigir do Estado uma intervenção contundente e orientada no sentido de minimizar as consequências da pandemia.

Entretanto, é possível afirmar que as medidas de enfrentamento, tanto econômicas quanto sociais, adotadas por líderes e autoridades mundiais, destacam as prioridades da

³ Uma pandemia pode ser compreendida como uma epidemia que se deslocou geograficamente, de modo que não permanece em seu local originário. Geralmente é mais associada a doenças contagiosas, espalhadas a nível mundial.

⁴ Tedros Adhanom Ghebreyes é um político etíope (do partido Frente de Libertação do Povo Tigré), graduado em biologia, mestre em Imunologia de Doenças Infecciosas e doutor em Saúde Comunitária. Desde 2017 é Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS).

sociedade hodierna: a defesa dos interesses do grande capital. A materialidade desta afirmação se expressa através do aparato estatal prontamente posicionado para salvaguardar a economia. Nessa perspectiva, destacam-se os investimentos públicos realizados, que injetam grandes montantes de dinheiro, sobretudo, nas empresas privadas. Exemplo concreto disso foi o Ministro da Economia da França reiterar a injeção de 450 bilhões de euros (20% do PIB do país) nas empresas. Além de ter declarado que até o sétimo mês do ano continuaria a pagar 70% dos salários de funcionários dos setores privados impedidos de trabalhar pelas medidas de isolamento social.

No Brasil, as ações defendidas pelo governo federal demonstram a prioritária preocupação com o impacto da pandemia no processo de acumulação capitalista. Expõe de forma nítida que o imperativo é a manutenção dos superlucros. Afinal, enquanto o Banco Central anunciou no início da quarentena um conjunto de medidas que liberam R\$ 1,2 trilhão para a economia, aos pequenos comerciantes, trabalhadores informais e desempregados foi destinado um auxílio de caráter emergencial que não alcança um salário-mínimo nacional, compreendendo apenas 60% do valor.⁵ O objetivo da medida é garantir o mínimo de subsistência da classe trabalhadora mais pauperizada, ao mesmo tempo em que contribui para a manutenção do consumo. Vale destacar que tudo isso se desenvolve no contexto de uberização⁶ do trabalho, onde a alta taxa de desemprego, de recorde no trabalho informal e avanço de trabalho intermitente seguem em curva ascendente. Esse panorama permeado de contradições corrobora com a análise de Marx, ao afirmar que:

[...] O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas caverna para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador. (MARX, 2004, p.82)

Destarte, é necessário destacar que são as camadas mais pobres da classe trabalhadora - sobretudo os moradores de favela, das áreas mais empobrecidas, além da população negra

⁵ É importante lembrar que o chefe do Estado brasileiro, Jair Messias Bolsonaro, defendeu, primeiramente, um auxílio no valor de pouco mais de 20% do salário-mínimo, ou seja, de 200 reais. Foram oferecidas inicialmente 5 parcelas de 600 R\$ e mais 4 no valor de 300 R\$ com o agravamento da pandemia.

⁶ Por **uberização** entende-se um "fenômeno caracterizado pela ausência de direitos trabalhistas, pela jornada ilimitada de trabalho, uso de aplicativo enquanto meio de trabalho e pela responsabilidade do trabalhador na obtenção e manutenção dos instrumentos laborais. É importante frisar que tal fenômeno não se restringe ao processo de trabalho desenvolvido pela empresa Uber. Consiste numa nova tendência de relações trabalhistas articulada ao uso de recentes tecnologias e que abrange diversas empresas e tipos distintos de serviços prestados" (GUIMARÃES; SOUZA; PINHEIRO, 2018, p. 28).

- que enfrentam mais severamente os riscos e impactos da COVID-19. De modo que a situação se torna ainda mais agudizada no atual contexto ultraneoliberal⁷, no qual a formatação das políticas sociais, já marcada por processos de precarização e focalização no indivíduo, sofre severos ataques. Ademais dos direitos trabalhistas, que vem sendo subordinados à lógica de flexibilização e desmontes cada vez mais agressivos.

Nessa perspectiva, o presente artigo objetiva promover uma análise em torno das ações do governo federal brasileiro de enfrentamento ao novo coronavírus, assim como as implicações à classe trabalhadora. Sem a pretensão de ser esgotado nestas páginas, afirma-se que se trata de um assunto complexo, cujos contornos ganham mais complexidade conforme o movimento dinâmico e constante da realidade que se busca apreender. E, por isso, vale ressaltar que a atualidade da temática requer não apenas uma visão dialeticamente ampla e ao mesmo tempo particular do cenário brasileiro. Mas exige uma análise precisa acerca dos dados disponíveis (em plataformas de informação oficiais) e de um embasamento teórico-metodológico orientado pela perspectiva do movimento dialético marxista. Compreendendo que a conjuntura nacional e mundial implica a síntese de múltiplos fatores e não de uma seleção de fatos. Pretende-se, assim, angariar uma interpretação devidamente ancorada na captura da atualidade sem perder de vista o contexto histórico mais amplo da crítica que se intenta realizar.

O NEBULOSO CENÁRIO DA PANDEMIA NA PARTICULARIDADE DO BRASIL:

É irrefragável que o Brasil, do ponto de vista político, econômico e social, já vinha trafegando entre crises e instabilidades nos governos anteriores, muito antes da COVID-19 desembarcar no país. As políticas de caráter neoliberal, adotadas desde o início da década de 1990, indo de encontro aos direitos sociais expressos na Constituição de 1988, estabeleceram a intensificação dos processos de privatização das empresas estatais, do encolhimento das ações do Estado e da precarização e focalização das políticas sociais. Contudo, é a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016 que a agenda ultraneoliberal ganha fôlego e, desde então, uma série de direitos vem sendo suprimidos. Entre os exemplos, destacam-se a Emenda

⁷ Segundo Cislighi (2019 *apud* GUIMARÃES e PEREIRA, p. 31) "o termo *ultraneoliberalismo* pode ser caracterizado pelo aprofundamento do neoliberalismo na conjuntura atual, implementado por meio de governos neofascistas ou ultraconservadores. Segundo a autora, esta caracterização se deu a partir de uma entrevista de Antunes: 'podemos viver um ultraneoliberalismo, sob uma ditadura e com respaldo eleitoral'".

Constitucional (EC) 95 (2016), a qual congela os gastos públicos em saúde e educação por vinte anos; a contrarreforma trabalhista (2017), e, a contrarreforma da previdência social (2019). Tal qual inferem Behring e Boschetti:

[...] a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento de crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais [...] em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais quais seja: a privatização, a focalização e a descentralização [...] (2009, p. 156).

Com efeito, é importante frisar que o novo coronavírus não instaura uma nova crise no país, mas intensifica as crises já existentes. Isto é, a década de 1980 inicia-se sob as refrações do fim do chamado "milagre econômico", proveniente de uma profunda crise econômica (social e política) que força a abertura do regime ditatorial. Porém, o processo de agravamento das condições econômicas brasileiras advém desde o período desenvolvimentista promovido por Kubitschek, em 1950, com a modernização do parque industrial nacional, que endividou profundamente o país.

A instauração da ditadura militar significou uma resposta para a crise econômica que se estabeleceu no país desde o processo desenvolvimentista. Ao passo que instala um Estado prioritariamente voltado para a acumulação capitalista, desvencilhando-se do que lhe restava dos vestígios populistas inaugurados com Vargas. Netto (2011, p.27) afirma que o "Estado que se estrutura após o golpe de abril expressa o arranjo político das forças socioeconômicas a que interessam a manutenção e a continuidade daquele padrão, aprofundadas a heteronomia e a exclusão".

Entre 1964 e 1967 uma das medidas adotadas para aplacar a crise foi a rigidez econômica com intuito contornar a alta taxa inflacionária. Isso ocorreu, sobretudo, com o controle dos preços, dos salários, do crédito e da reorganização da ordem financeira nacional (incentivando o investimento de capital estrangeiro e de exportações). Todavia, a crise em nível mundial de 1974 obstaculizou o crescimento econômico brasileiro, que vinha apresentando sinais positivos - apesar do subconsumo dado o arrocho salarial. A saída da chamada Crise do Petróleo envolveu uma reestruturação produtiva que modificou o painel econômico e social em mundialmente com a introdução da acumulação flexível⁸.

⁸ "As transformações no âmbito do processo produtivo implicaram na necessidade de uma reestruturação produtiva em todo universo capitalista. As mudanças reverberaram na dinâmica de acumulação, tornando-a flexível. Nessa perspectiva, podemos refletir acerca de conceitos: o primeiro deles está relacionado à redução

Na década de 1980, os processos recessivos impuseram para uma parte significativa da América Latina a sujeição da economia ao Fundo Monetário Internacional (FMI). De forma que o poder político dominante desses países teve sua autonomia fragilizada, seguindo as orientações austeras do FMI, independentemente do custo social - como o inevitável aviltamento do padrão de vida, desemprego, pauperização, etc. Ao retomar os estudos Kucinski e Branford (1987), Behring afirma que:

Ocorreu um verdadeiro estrangulamento da economia latino-americana, a qual, entre 1980 e 1985, obteve indicadores catastróficos, a exemplo de: investimento interno bruto em queda de 26,9%; PIB *per capita* em queda de 8,9%; fluxo de importações em queda de 41%; e um crescimento médio do PIB de 2,3% entre 1981 e 1985, ou seja, pífio. (BEHRING, 2009, p.139)

O desgaste do governo militar culminou, após muita pressão popular, na abertura para o período de redemocratização. Esse processo de luta social permitiu o nascimento da Constituição Federal de 1988, que ensaiou uma tentativa de bem-estar social no Brasil. Contudo, ao mesmo tempo em que a Carta Magna impôs uma série de direitos sociais, a ofensiva neoliberal reduziu e precarizou a perspectiva mais ampliada de direitos colocada na Constituição de 1988.

Para um dos principais intelectuais do neoliberalismo, Friedrich Hayek, a possibilidade de saída da crise estava em um Estado fortalecido - mas fortalecido tão-só na capacidade "de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, [e] parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas" (ANDERSON, 1995, p. 10). A finalidade desse Estado era a estabilidade monetária através da rigidez orçamentária, da implementação de políticas austeras de gastos, principalmente os sociais. Além disso, em oposição à proposta de pleno emprego adotada no Keynesianismo⁹, seria necessário estabelecer uma taxa de desemprego e promover a reforma fiscal, para atrair a iniciativa privada. Concatenando com Netto (2011, p. 89) de um Estado "mínimo para o social e máximo para o capital".

de custos e a diminuição dos postos de trabalho, denominado de downsizing. O segundo, conhecido por Just In Time ganhou força no início da década de 1980 e significa a introdução do modelo toyotista ou modelo japonês no processo de produção e acumulação capitalista" (GUIMARÃES; SOUZA; PINHEIRO, 2018, p. 59).

⁹ O keynesianismo, formulado por John Maynard Keynes, tem como princípios fundamentais a maior intervenção do Estado na economia, de modo que o poder público atua tanto como produtor quanto como regulador. Seu objeto principal consiste na elaboração de respostas à profunda crise que em 1929 abalou todo o mundo capitalista. Keynes defendia a liberdade individual e a economia de mercado, mas desarticulada da dogmática liberal-conservadora do período (BEHRING, 2009).

Diante do cenário exposto, é possível observar que em um país periférico e sob a égide neoliberal, ocupando a posição de nono país mais desigual do mundo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2015), as consequências da pandemia do novo coronavírus não atingiriam a todos os brasileiros em proporções equivalentes. Na verdade, diante de uma estrutura socioeconômica profundamente desigual e racista, é, sobretudo, a população negra e as camadas mais pobres da sociedade que enfrentarão, num grau bem mais elevado, as consequências geradas pela pandemia, sejam elas econômicas, sociais, políticas ou mesmo humanitárias. As razões para isso são complexas e interligadas na teia social engendrada pelas relações sociais estabelecidas no capitalismo, que pressupõem a produção de riqueza e miséria ao mesmo tempo.

Nesse sentido, destacam-se como elementos essenciais para dimensionar tamanha desigualdade as condições de trabalho cada vez mais precarizadas, com vínculos cada vez mais instáveis, a falta de saneamento básico, de habitação e o acesso aos serviços de saúde e educação sucateados. Ademais das incertezas que pairam sobre a classe trabalhadora, tornando o cenário já agudizado pelo contexto de pandemia ainda mais trágico.

Observa-se, com base nos dados do IBGE, que o primeiro trimestre de 2020 registrou um aumento 1,3% na taxa de desocupação do país comparado ao último trimestre de 2019. Isso significa que 1,2 milhão de pessoas a mais na condição de desemprego, totalizando 12,9 milhões desempregadas. No trimestre encerrado em janeiro de 2020, a taxa de informalidade compreendia um total de 38,3 milhões de pessoas, ou seja, 40% da população ocupada. Ainda, a taxa de subutilização da mão de obra foi representada pela soma de 26,4 milhões de pessoas.

Com 11,4 milhões de pessoas morando em favelas, as condições habitacionais da população representam outro grande desafio ao Brasil em relação ao enfrentamento do coronavírus. A autoconstrução de moradias pode ser compreendida como um dos resultados da apropriação do espaço urbano pelo grande capital e a subordinação desse espaço aos interesses da especulação imobiliária e financeira. De forma que desse processo deriva o elevado custo das habitações nos principalmente nos centros urbanos, tornando as favelas uma alternativa histórica para que os estratos sociais mais pauperizados permaneçam na cidade. A precariedade e a parcimônia dos investimentos públicos nesses espaços refletem na possibilidade de acesso dessas habitações e abrem caminho para instalação das camadas mais pobres nesses espaços. De acordo com Kowarick:

[...] os investimentos públicos também [...] aparecem como fator determinante no preço final das moradias, constituindo-se num elemento poderoso que irá condicionar onde e de que forma as diversas classes sociais poderão se localizar no âmbito de uma configuração espacial que assume, em todas as metrópoles brasileiras, características nitidamente segregadoras (1979, p.56).

O aspecto precário das moradias, a alta densidade habitacional, a falta de serviços elementares como água encanada e esgoto impõem fortes obstáculos à aplicação das recomendações mais básicas da Organização Mundial da Saúde (OMS). Observa-se que até o simples ato de lavar as mãos, precaução essencial não apenas para evitar o contágio por coronavírus, mas também a uma série de doenças, é obstaculizado pela falta de saneamento básico. Isso porque dos três serviços básicos de saneamento (conexão à rede de esgoto, coleta de lixo e água encanada), pelo menos um é inexistente em 18,7 milhões de domicílios urbanos e um em cada três domicílios não possuía rede de esgoto em 2019, revela o IBGE. Em São Paulo, o risco de morrer em decorrência da COVID-19 é 10 vezes maior nos bairros com piores indicadores sociais. A chance de um preto morrer em razão do coronavírus é 62% maior que um branco. Em relação ao pardo, o risco de morte é de 23% comparado ao branco.

É válido destacar que o Brasil, país de dimensões continentais, possui particularidades em cada região, estado e cidade, as quais resguarda desigualdades que vão além daquelas mencionadas. Os dados referentes à expectativa de vida e taxa de mortalidade infantil são bons exemplos disso. De acordo com o IBGE, a expectativa de vida do brasileiro teve um aumento significativo no período que varia de 1940 até 2018. Nesse espaço de tempo o crescimento foi de 30,8 anos. No que concerne à mortalidade infantil, entre crianças de até cinco anos, o Brasil vem apresentando quedas contínuas. Entre os anos de 1940 e 1918, a taxa mortalidade sofreu um declínio de 91,6%. Esses dados, entretanto, não refletem com exatidão a realidade do Brasil como um todo, justamente devido às profundas assimetrias no campo social e econômico.

Ao analisarmos os dados sobre a taxa de mortalidade infantil em cada Unidade da Federação constatamos algumas discrepâncias entre os estados. Conforme as referências do IBGE, o Espírito Santo em 2018 apresentou a menor taxa do país. Um total de 8,1 óbitos a cada mil nascidos vivos. O Amapá, por sua vez, expressou a maior taxa, 22,8 por mil. Apesar de ter a taxa mais baixa do Brasil, quando comparados às taxas de países centrais como Japão e Finlândia no mesmo período (1,8% e 1,7%, respectivamente), o Espírito Santo assinala uma distância muito significativa. Santa Catarina é a Unidade Federativa que expressa maior taxa de expectativa de vida, 79,7 anos. Em seguida encontra-se, com média de 78 anos ou

mais, Espírito Santo, São Paulo, Distrito Federal e Rio Grande do Sul. Maranhão (71,1 anos), Piauí (71,4) e Rondônia (71,7) manifestam as menores expectativas de vida. Tais indicadores, afirma o IBGE, possuem um vínculo direto com as condições sanitárias, de saúde e de segurança da população em estudo.

Certamente, a Constituição de 1988 trouxe importantes avanços no âmbito da saúde pública (e demais políticas sociais), atendendo a diversas reivindicações do movimento sanitário, como assinala Bravo (2009). No entanto, com a adoção das políticas de ajuste neoliberal, as conquistas expressas pela constituição de 1988 passaram a enfrentar constantes ameaças, de modo que a política de saúde ficou subordinada a lógica do capital. Ainda de acordo com a autora:

O projeto de saúde, articulado ao mercado, ou a reatualização do modelo médico assistencial privatista, está pautado na política de ajuste, que tem como principais tendências a contenção dos gastos com racionalização da oferta e a descentralização com a isenção de responsabilidade do poder central. A tarefa do Estado, nesse projeto, consiste em garantir um mínimo aos que não podem pagar, ficando para o setor privado o atendimento dos que tem acesso ao mercado. Suas principais propostas são: caráter focalizado para atender as populações vulneráveis (BRAVO, 2009, p. 101).

A Emenda Constitucional (EC) 95/2016 fragilizou ainda mais o Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que impõe drásticas reduções de investimento. Por meio dessa emenda constitucional, o SUS, em 2019, perdeu um investimento de 20 bilhões de reais e a tendência é uma perda progressiva, afirma o Conselho Nacional de Saúde. O quadro atual da política de saúde é marcado pelos processos de precarização, mercantilização e privatização, representando mais uma forte ameaça nesse contexto de pandemia. Em outras palavras, os hospitais que sempre enfrentaram a superlotação, a falta de equipamentos médicos, recursos humanos e medicamentos, hoje suportam em condição mais extremas essa situação. Em algumas regiões do país, a exemplo de Manaus, o sistema de saúde já se encontra em colapso.

De acordo com o cientista britânico Richard Horton (2020), o enfrentamento da COVID-19 tem sido realizado mediante uma concepção restrita, a qual compreende o novo coronavírus como uma mera doença infecciosa. As ações de contenção de transmissão viral, tomadas pelos governos de diversos países, são guiadas pelas orientações de especialistas em doenças infecciosas que atribuem ao surto viral as mesmas características das pestes seculares. Horton reforça que a COVID-19 não é algo tão simples e exige medidas que transcendem o tratamento da doença. Compreender e desenvolver métodos e políticas eficientes para

combater o novo coronavírus envolve considerar sua natureza sindêmica. Veja nas palavras do cientista:

O que aprendemos até agora nos diz que a história do COVID-19 não é tão simples. Duas categorias de doenças estão interagindo em populações específicas - infecção com síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2 (SARS-CoV-2) e uma série de doenças não transmissíveis (DNTs). Essas condições estão se agrupando em grupos sociais de acordo com padrões de desigualdade profundamente enraizados em nossas sociedades. A agregação dessas doenças em um contexto de disparidade social e econômica exacerba os efeitos adversos de cada doença separada. COVID-19 não é uma pandemia. É uma sindemia (Horton, 2020)

Utilizado pela primeira vez pelo antropólogo e médico norte-americano Merrill Singer, na década de 1990, o termo sindemia consiste na combinação de fatores biológicos e sociais, cuja compreensão é essencial para prognósticos e para formulação de políticas de saúde. A palavra sindemia é a combinação de outras duas palavras: "sinergia", que significa cooperação e "pandemia", que pode ser definida como uma enfermidade que se espalha por diversos países. Partindo do pressuposto que o coronavírus não se limita a uma simples comorbidade, o combate ao SARS-CoV-2 requer uma atenção especial, conforme assinala Horton (2020), tanto às doenças crônicas quanto às desigualdades socioeconômica e reforça o argumento, assinalando que "as sindemias são caracterizadas por interações biológicas e sociais entre condições e estados, interações que aumentam a suscetibilidade de uma pessoa a prejudicar ou piorar seus resultados de saúde".

A luta contra a COVID-19, a partir da perspectiva sindêmica, envolve uma política de saúde num sentido ampliado, ou seja, que consiga articular o enfrentamento do novo coronavírus e de doenças crônicas - diabetes, hipertensão, obesidade, doenças relacionadas ao coração - com a formulação de políticas voltadas para o desenvolvimento social e econômico. Pois, conforme mencionado anteriormente, pessoas com idade mais avançada, com doenças crônicas, em situação de pobreza e miséria, as minorias étnicas, os trabalhadores em condições de subemprego e precarizados, encontram-se em uma posição muito mais vulneráveis aos riscos impostos pelo novo coronavírus. É nessa ótica que Horton (2020) defende o termo sindemia no que concerne ao combate da COVID-19. Isso significa dizer que as ações do Estado devem transcender o tratamento da doença de forma isolada e abranger o desenvolvimento de política de saúde, de habitação, educação, moradia e emprego.

Ao considerarmos a perspectiva supracitada, podemos constatar que os ideais do movimento da Reforma Sanitária¹⁰ no Brasil, iniciado nos anos de 1970, continuam atuais e imprescindíveis. Movimento que defendeu de forma contundente, dentre outros direitos, o conceito ampliado de saúde, considerado um importante avanço conquistado pela 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986:

Em seu sentido mais abrangente, a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida, a saúde não é um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1986, p. 4).

A partir dos pressupostos acima, fica evidente que o enfrentamento da COVID-19 envolve mudanças substanciais no campo econômico, social e político. A análise também evidencia a importância da formulação de políticas sociais articuladas e comprometidas com o pleno desenvolvimento de toda a população. Não basta a superação da doença. É imprescindível que a política de saúde esteja conectada a projetos que abarquem áreas diversificadas da vida humana como trabalho, moradia, educação, lazer, acesso a alimentação, dentre outras. Com base nessa perspectiva, a profunda crise que nos afeta sob os mais diversificados ângulos exige de maneira contundente um posicionamento anticapitalista e antineoliberal.

BREVES APONTAMENTOS SOBRE A POLÍTICA BRASILEIRA DIANTE DA COVID-19:

A gestão de Bolsonaro diante do cenário da pandemia do COVID-19 tem sido marcada por fortes conflitos no âmbito político e pela inabilidade no que diz respeito às medidas de contenção da curva de contágio do vírus. Ocorre que "enquanto em todo mundo as estratégias de distanciamento, isolamento e de quarentena têm sido utilizadas para combater um vírus para o qual ainda não há vacinas", o chefe do Estado brasileiro, agarrando-se a ideia da

¹⁰ A Reforma Sanitária, movimento que floresceu no final da década de 1970, surgiu a partir da indignação de setores da sociedade civil com relação às condições da saúde pública no Brasil. Nasceu no contexto da luta contra a ditadura, com o tema Saúde e Democracia e estruturou-se nas universidades, no movimento sindical, no movimento popular e em experiências regionais de organização de serviços (BRAVO; MENEZES, 2011).

hidroxicloroquina, "arvora-se ao exercício ilegal da medicina receitando medicamentos para os quais não há comprovação de eficácia" (BEHRING, 2020, p. 1).

O autoritarismo e a ausência de diálogo com outros agentes políticos revelam-se traços notórios da gestão de Bolsonaro. Os conflitos com outras esferas de poder se intensificam a medida que o governo federal ignora as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o necessário isolamento social e se coloca como indiferente ao fato de se tratar de uma doença altamente infecciosa e de fácil contágio, além de seu caráter letal. Comparando o novo coronavírus a uma gripe comum, o presidente brasileiro provoca novos conflitos com prefeitos e governadores que optaram por adotar medidas que visam o achatamento da curva epidêmica e que buscam impedir o colapso do sistema de saúde e funerário.

A base ideológica bolsonarista se apresenta tão obtusa que nem mesmo os membros do próprio governo escapam do autoritarismo e da irracionalidade negacionista de sua gestão. Exemplos disso foram as crises internas envolvendo o ex-ministro da justiça Sérgio Moro e os conflitos entre o presidente e o Ministério da Saúde. A defesa da permanência da quarentena e negação sobre uso da hidroxicloroquina no combate a COVID-19 configuraram-se como as principais razões da emissão do ex-ministro Luís Henrique Mandetta - que mesmo alinhado aos projetos privatistas na área da saúde ganhou destaque positivo durante sua atuação na pandemia. Em menos de um mês, o segundo ministro da saúde, Nelson Teich, revelou seu pedido de exoneração do cargo.

Nessa ótica, o Ministério da Saúde foi alvo do autoritarismo característico do governo Bolsonaro que defendeu (e continua defendendo) o relaxamento das medidas de isolamento e distanciamento social, o polêmico uso da hidroxicloroquina, além de ações superficiais e paliativas, que seguem na contramão da maioria dos países afetados. Ressalta-se, ainda, o descumprimento das ações de contenção do vírus pelo próprio presidente, que além de abertamente não aderir ao uso da máscara como medida de proteção, participou e incentivou atos civis irresponsáveis (e antidemocráticos), provocando aglomeração de pessoas. O que não apenas contribuiu para o desordenamento político do país, como demonstrou seu desprezo pelo esforço coletivo para evitar o contágio massivo pelo vírus.

Além dos desafios supracitados, os quais derivam do desenvolvimento de um capitalismo dependente e que nunca conseguiu romper com as estruturas de desigualdades socioeconômicas e raciais, onde jamais se constituiu um Estado de Bem-estar social, é importante atentar-se ao comportamento das elites brasileiras. Sobre a classe dominante,

Florestan Fernandes (1997, p. 289) afirma que o desenvolvimento do capitalismo nacional sempre esteve atrelado a comportamentos egoísticos e particularistas da elite ao ponto de tornar-se similar a dominação imperialista externa.

O trecho da obra de Florestan articula-se perfeitamente ao comportamento e ideias de alguns empresários durante a pandemia do novo coronavírus. Os discursos proferidos por alguns membros da classe empresarial deixam claro o apoio pelo fim do isolamento social, o retorno imediato de todas as atividades econômicas e volta dos trabalhadores, independentemente dos riscos a que possam estar expostos com a doença viral.

Sob uma ótica utilitarista, na qual o sacrifício de alguns é válido em benefício de uma suposta maioria, são consideradas justas e até necessárias as mortes de pessoas idosas ou acometidas por doenças preexistentes em troca da volta das atividades econômicas e da garantia do lucro. Um exemplo pode ser observado através da fala do proprietário da linha de restaurantes "Madeiro", que preferiu a seguinte sentença: "consequências econômicas serão maiores que mortes por coronavírus". A respeito dos discursos que minimizam as mortes por COVID-19 em decorrência do público-alvo, o médico Arnaldo Lichtenstein¹¹ aponta para uma lógica cruel e eugenista, principalmente por parte dos estratos mais altos da sociedade brasileira. Para ele,

Não é um negacionismo da ciência. É uma linha de raciocínio muito diferente e cruel. O que se sabe é que a epidemia vai passar quando 50 a 70% das pessoas estiverem imunizadas ou com vacina ou por pegarem a doença. Quando se pega isso o vírus arrefece. São 140... 120 milhões de pessoas. Com isso [...], quando as pessoas não defendem o isolamento, não se fecha comércio, a economia não para, o governo não precisa colocar dinheiro na economia, as pessoas que vão morrer, muitas delas são os idosos [...] ou pessoas que já estavam doentes [...]e vão ficar os jovens e atletas. [...] Isso tem uma lógica intensa. Isso se chama eugenia (LICHTENSTEIN, 2020)

O painel que vem se desenhando no Brasil, agravado pela pandemia, demonstra o quão nefasta é a visão hegemônica das classes dominantes em relação às classes dominadas. Desde o golpe jurídico-parlamentar de 2016, a democracia brasileira enfrenta as aberturas investidas da extrema-direita, que sobrepõe o lucro acima de quaisquer necessidades sociais. E mesmo diante da letal pandemia por COVID-19, a qual foi sucintamente demonstrada com os dados e colocações acima, a banalização da vida e da morte ante a acumulação capitalista tem encontrado no Brasil um solo cada vez mais fértil. Tal qual afirmado por Behring (2020, p. 2):

¹¹ Entrevista concedida ao Jornal da Cultura e publicada em 11 de maio de 2020. Mais informações no link: <http://www.unifesp.br/reitoria/dci/noticias-antiores-dci/item/4461-86-milhoes-de-adultos-brasileiros-estao-no-grupo-de-risco-para-covid-19> (Consulta realizada em 25 de maio de 2020).

“governos estaduais aderiram a agenda bolsonarista total ou parcialmente, da economia acima da vida, dos lucros acima da vida, enfim, do efetivo desprezo pela vida”. Isso porque na sociedade capitalista a força de trabalho é substituível. A superpopulação relativa não é apenas gigante, ela cresce a cada dia, conforme se desenvolve a acumulação de capital¹².

Por fim, cabe salientar o que Freire (2018, p. 192 *apud* GUIMARÃES; PEREIRA, 2020, p. 32), quanto à hegemonia tradicionalmente golpista da classe dominante brasileira, que diz que “no Brasil, o longo período que vai desde 1930 até 1990, não é propriamente de hegemonia. Mas de sua ausência”.

Isso porque, a autora defende que desde o ano de 1930 o Estado brasileiro sofreu praticamente um golpe ou tentativa por triênio. Refere que de 1930 a 1990, portanto durante sessenta anos de história, o país vivenciou 41 anos sem governos eleitos pelo povo - 15 durante o período ditatorial de Getúlio Vargas (1930-1945) e 26 sob governos militares ou sua prolongação na presidência de José Sarney (1964-1990). Um regime parlamentar existiu no intervalo entre os dois períodos - 1945 e 1964 - que, contou com quatro presidentes eleitos, dos quais apenas dois concluíram seus mandatos. Uma única vez nesses 60 anos o país viu um presidente civil eleito pelo voto popular - Juscelino - transmitir o cargo a outro civil - Jânio - igualmente eleito por votação popular, mas que renunciou sete meses depois (GUIMARÃES; PEREIRA, 2020, p. 32)

O golpe jurídico-parlamentar de 2016 que impediu o mandato da então presidente eleita Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores pode ser adicionado a esse bojo. O período evidenciou uma série de “fissuras éticas, morais e sociais no parlamento brasileiro” (GUIMARÃES; PEREIRA, 2020, p. 43). Com esse cenário instaurado, a posse interina do vice-presidente Michel Temer demonstrou mais claramente as estratégias da extrema-direita para garantir seus interesses e privilegiar o grande capital. Essa ótica, que nos tempos atuais possui contornos cada vez mais ultraneoliberais, ganha novo fôlego com a polêmica ascensão do presidente Jair Bolsonaro - que evidencia, como foi sucintamente demonstrado, ainda mais os conflitos entre as classes dominantes, mas sem deixar de estar complementemente atrelado aos interesses econômicos capitalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAS:

¹² “As desigualdades sociais, econômicas, culturais e espirituais são condições inerentes às relações sociais de produção e se expressam na constituição da superpopulação relativa ou dos trabalhadores ‘desnecessários’ (...). Não obstante, essa massa de trabalhadores não absorvida por esse modo de produção contribui para viabilizar, também, a dinâmica de constante precarização do trabalho, seja por impor salários cada vez mais reduzidos, seja pressionando os próprios trabalhadores a se subordinarem às condições precárias de trabalho. Essa situação resulta numa espécie de competição entre os que trabalham, (...) e aqueles não que não conseguem vender sua força de trabalho em razão de desemprego” (GUIMARÃES; SOUZA; PINHEIRO, 2018, p. 57).

O ensaio acima buscou demonstrar, por meio da base teórica de tradição marxista e exemplificando com dados oficiais, como, com a pandemia do novo coronavírus, muitas das expressões da questão social foram agudizadas no Brasil. Isso porque no amplo terreno de profundas desigualdades e várias décadas de neoliberalismo, emergiu, no contexto mais recente do país, um governo autoritário com características claramente genocidas. Essa combinação apresenta uma face nefasta, sobretudo ao considerarmos as raízes históricas ainda cristalizadas, que são refletidas nos dias atuais, manifestadas em contínuos e profundos processos de exclusão, desigualdade social e racismo.

No painel brasileiro, às crises econômicas e políticas, soma-se a crise sanitária provocada pela COVID-19; onde Bolsonaro expõe toda sua inabilidade na governança e na construção de políticas que integrem medidas de enfrentamento ao vírus, com capacidade para promover alguma estabilidade no país. O presidente segue exatamente na direção contrária das recomendações dos especialistas, valendo-se do negacionismo científico, ignora a gravidade da pandemia, descreditando as orientações que visam o controle do contágio, como o isolamento social e a quarentena. Ademais, intensifica o acirramento político já tensionado no Brasil, banalizando o significado mais amplo da grande conquista popular, que é a democracia.

Nesse sentido, suas ações não tão-só apenas tornam crônicos os impactos sociais advindos do contexto de pandemia. Mas demonstram que se trata de uma profunda crise política que, além de advir da crise econômica (estrutural do capital), coexiste paralelamente com ela. Engendrando, ainda, implicações jurídicas, fragilizando cada vez mais o pacto democrático expresso pela Constituição de 1988. Além de trazer à tona, como foi dito, as fissuras sociais e culturais por meio dos seus ideais neoconservadores. Basta um breve exame acerca da conduta do presidente Bolsonaro diante da atual crise sanitária para observar sua intenção de naturalizar os efeitos provocados pelo COVID-19 na sociedade. Sua fala: “lamento por todos os mortos, mas esse é o destino de cada um”, demonstra como, para ele, a situação possui contornos de naturalidade, uma face de inevitabilidade, uma condição que todos devem aceitar. Diante do exposto, cita-se Brecht, quando diz:

Desconfiai, do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar (BRECHT, 1982, p.32).

Nesse momento, em consonância às palavras de Bertolt Brecht, é preciso não aceitar o habitual como algo natural. Apesar do aviltamento das condições de vida dos trabalhadores e das permanentes expropriações dos meios de produção, somados ao pauperismo exacerbado da superpopulação relativa, sob a hegemonia do capital ao longo de cinco séculos, importa saber que a realidade está em constante movimento, incessante mutação. É tal qual defendido por Karl Heinrich Marx, após a fase revolucionária da burguesia que venceu os privilégios da monarquia, pertence agora à classe trabalhadora a possibilidade revolucionária, transformadora dessa realidade social.

REFERÊNCIAS:

ANDERSON, Perry. O balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BELLANDI, Caio. 2020. Um em cada três domicílios não tinha ligação com rede de esgoto em 2019. Agência de notícias IBGE, 06 de maio. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27597-um-em-cada-tres-domicilios-nao-tinha-ligacao-com-rede-de-esgoto-em-2019>
Acesso em: 25/05/2020.

BELLO, Luiz. 2019. Dia Nacional da Habitação: Brasil tem 11,4 milhões de pessoas vivendo em favela. Agência de notícias IBGE, 17 de maio. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/15700-dados-do-censo-2010-mostram-11-4-milhoes-de-pessoas-vivendo-em-favelas>
Acesso em: 25/05/2020.

BEHRING, Elaine Rosset. Política Social: fundamentos e história - 6. Ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

_____. O ultraneoliberalismo e o "esmaecimento dos afetos" na pandemia. Esquerda Online, 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/04/23/o-ultraneoliberalismo-e-o-esmaecimento-dos-afetos-na-pandemia/>. Acesso em: 25/05/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). VIII Conferência Nacional de Saúde. Relatório Final. Brasília: MS, 1986. Disponível em: http://bvsm.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8_conferencia_nacional_saude_relatorio_final.pdf
Acesso em: 21/08/2020.

BRAVO, Maria Inês Souza. MENEZES, Juliana Bravo de, (orgs.). Saúde na Atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade. 1. ed. UERJ: Rio de Janeiro, Rede Sirius, 2011.

BRECHT, Bertolt. Antologia poética. Rio de Janeiro: ELO Editora, 1982.

Conselho Nacional de Saúde. 2020. Saúde perdeu R\$ 20 bilhões em 2019 por causa da EC 95/2016. Conselho Nacional de Saúde, 28 de Fevereiro de. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1044-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-causa-da-ec-95-2016>. Acesso em: 23/05/2020.

ENSP./Fiocruz. 2020. Desigualdade acelera avanço da Covid-19 nas periferias. ENSP. Fiocruz, Notícias, 05 de maio. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/48818>. Acesso em: 23/05/2020.

ESTADO DE MINAS. 2020. Dono do Madero diz consequências econômicas serão maiores que mortes por coronavírus. Estado de Minas, 23 de março. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/03/23/interna_nacional.1131797/dono-do-madero-diz-que-consequencias-economicas-serao-maiores.shtml. Acesso em: 25/05/2020.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1997.

FIGUEIREDO, Patrícia. 2020. Risco de morrer por Covid-19 em SP é até 10 vezes maior em bairros com pior condição social. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/29/risco-de-morrer-por-covid-19-em-sp-e-ate-10-vezes-maior-em-bairros-com-pior-condicao-social.ghtml>. Acesso em: 23/05/2020.

FLAMÉ, Thiago. 2019. As divisões na classe dominante e a difícil tarefa de reconstituir o centro político. Esquerda Diário. Política. Disponível em: <http://esquerdadiario.com.br/As-divisoes-na-classe-dominante-e-a-dificil-tarefa-de-reconstituir-o-centro-politico>. Acesso em: 15/05/2020.

FREITAS, Mateus Duarte de. A Gestão de riscos e governança na pandemia por COVID-19 no Brasil - Análise dos decretos estaduais no primeiro mês. Relatório Técnico e sumário executivo. Fiocruz/ ENSP. Divulgado em 04 de maio de 2020. 78 p. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41452>. Acesso em: 28/06/2020.

G1. 2020. "É o destino de todo mundo", afirma Bolsonaro após lamentar mortes por coronavírus. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/02/e-o-destino-de-todo-mundo-afirma-bolsonaro-apos-lamentar-mortes-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 10/06/2020.

G1. 2020. Medidas econômicas na crise do coronavírus: veja perguntas e respostas. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/03/medidas-economicas-na-crise-do-coronavirus-veja-perguntas-e-respostas.ghtml>. Acesso em: 25/05/2020.

Governo do Brasil. 2020. Banco Central anuncia conjunto de medidas que liberam R\$ 1,2 trilhão para a economia. Governo do Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/pt->

br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/03/banco-central-anuncia-conjunto-de-medidas-que-liberam-r-1-2-trilhao-para-a-economia. Acesso em: 23/05/2020.

GUIMARÃES, Karoline Claudino. SOUZA, Márcia de Paula. PINHEIRO, Sílvia. Uberização: a precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Revista Serviço Social em Debate: Belo Horizonte. Vol. 1, Nº 2, p. 53-68, 2018. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/download/3923/2551>. Acesso em: 23/05/2020.

GUIMARÃES, Karoline Claudino. PEIREIRA, Máira Carvalho. Neoliberalismo e Fascismo: o paradigma perverso do Bolsonarismo. Revista Eletrônica Interações Sociais: Rio Grande. Vol. 4, Nº 1, p. 30-47, jan-jun. 2020.

HORTON, Richard. Offline: COVID-19 is not a pandemic. The Lancet. Vol 396. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32000-6/fulltext#:~:text=COVID%2D19%20is%20not%20a%20pandemic.,the%20health%20of%20our%20communities](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32000-6/fulltext#:~:text=COVID%2D19%20is%20not%20a%20pandemic.,the%20health%20of%20our%20communities). Acesso em: 02/12/2020.

_____. 2020. PNAD Contínua. Taxa de desocupação é de 11,2% e taxa de subutilização é 23,2% no trimestre encerrado em janeiro de 2020. Editoria: Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26978-taxa-de-desocupacao-e-de-11-2-e-taxa-de-subutilizacao-e-23-2-no-trimestre-encerrado-em-janeiro-de-2020>. Acesso em: 23/05/2020.

_____. PNAD Contínua. 2020. Desemprego sobe para 12,2% e atinge 12,9 milhões de pessoas no 1º trimestre. Editoria: Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26978-taxa-de-desocupacao-e-de-11-2-e-taxa-de-subutilizacao-e-23-2-no-trimestre-encerrado-em-janeiro-de-2020>. Acesso em: 23/05/2020.

_____. Em 2018, expectativa de vida era de 76,3 anos. Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26104-em-2018-expectativa-de-vida-era-de-76-3-anos>. Acesso em: 02/12/2020.

_____. Tábua completa de mortalidade para o Brasil - 2018 Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil. Ministério da Economia, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3097/tcmb_2018.pdf. Acesso em: 02/12/2020.

KOWARICK, L. A Espoliação Urbana. Ed. Paz e Terra: São Paulo, 1979.

LEÃO, Ana Leticia et al. 2020. Covid-19 é mais letal em regiões de periferia no Brasil. O Globo. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/oglobo.globo.com/sociedade/covid-19-mais-letal-em-regioes-de-periferia-no-brasil-1-24407520%3fversao=amp> Acesso em: 24/05/2020.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São paulo: Boitempo, 2004.

NETO, Odilon Caldeira Frente. Nacionalista, Neofascismo e "Novas Direitas" no Brasil. Faces de Clio - Revista Discente do Programa de Pós-Graduação de História, 2020. Disponível em: <http://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/4.Artigo-D2> Acesso em: 30/05/2020

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social - Uma Análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

UNIFESP. 2020. 86 milhões de adultos brasileiros estão no grupo de risco para covid-19. UNIFESP, 11 Maio. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/noticias-antiores-dci/item/4461-86-milhoes-de-adultos-brasileiros-estao-no-grupo-de-risco-para-covid-19> Acesso em: 25/05/2020.